



MEMORIAL RSC-PCCTAE

Pedido	192
Servidor	Tania Margarete Ongaratto

Trajetória, atividades e experiências relacionadas ao RSC pleiteado

MEMORIAL

1-Trajetória Profissional e Individual

Minha relação como o setor que trabalho, vem de longa data, praticamente 40 anos, pois atuei como estagiária, através de Bolsa Trabalho, com contratação de 20 h semanais. Formei em Enfermagem e com contrato pela FAHERG, passei a trabalhar no ambulatório da Universidade como enfermeira, sendo que em 1990, fui nomeada no concurso público, mantendo-me no mesmo setor onde trabalho desde então.

As demandas no setor sempre envolveram grandes responsabilidades, especialmente em épocas em que, era a única servidora a atender no turno, onde a política era de Estado mínimo, e a escassez de equipamentos e instrumentos de trabalho eram presentes, se fazendo necessário que se assumisse toda e qualquer demanda que devesse ser realizada junto ao setor, o que nunca foi empecilho para atender com zelo e dedicação toda a comunidade universitária.

Dentro do serviço público, os procedimentos em enfermagem sempre foram as atividades principais que desenvolvi nesta minha trajetória, e obter graduação ou até mesmo especialização, diante da ausência de plano de carreira e muito menos incentivo a qualificação, somente podiam ser feitas, se fora do horário de trabalho. Mesmo assim, fiz graduação em curso de direito e especialização, o que facilitou posteriormente a participação em comissões e grupos de trabalho diversos. Isso, fez com que assumisse concomitantemente a atividade principal, outras responsabilidades e demandas em atividades que não guardavam relação com o cargo assumido. Também consegui concluir mestrado em Política Social e Direitos Humanos.

• Atividades e Experiências Relacionadas ao RSC

Durante os anos de 1991 e 1996 me foi oportunizado exercer chefia em regime de substituição, da unidade do setor, trazendo ampliação de responsabilidades, conforme algumas Portarias nº 180/91, 389/92, 621/92, 695/93, 0065/94, 240/96. Durante substituição de chefia da unidade, passei a gerenciar os insumos da unidade, manter os procedimentos de atendimento, com consultas de enfermagem, exames admissionais, administração de medicamentos e marcação de consultas médicas, perícias e odontológicas.

A participação em Comissão de Sindicância (PAD) teve início em 2002, conforme Portaria 933/2002, onde permaneci até 2008, exercendo inicialmente atividades como membro de Comissão de Sindicância, conforme algumas portarias: 1247/2003, 733/2004, 504/2004. Lista-se também algumas portarias como presidente da Comissão: 1278/2007, 271/2008, 116/2008, 403/2008, 1308/2008, 1609/2008.

Neste período para fins de exercer atividades junto a Comissão de Sindicância, foi oportunizado cursos de treinamento promovido pela ESAF – Escola de Administração Fazendária, onde foi possível adquirir conhecimentos sobre a Lei 8.112/90, especialmente no capítulo do Regime Disciplinar, as condições preliminares para abertura do processo disciplinar, deveres e proibições para o servidor público, penalidades disciplinares, e toda a estratégia, a fim de exercer as responsabilidades que emanam na condução de processos administrativos disciplinares. Na condução das comissões de sindicância foi possível acompanhar vários processos administrativos disciplinar, desde a origem da denúncia, até a aplicação da penalidade cabível.

A dinâmica para fins de apuração dos fatos narrados na denúncia, iniciava com elaboração de cronograma, já que se tinha prazo predeterminado para a condução e encerramento do processo, se designava a intimação de testemunhas e sua oitiva, bem como oitiva do próprio denunciado, intimação para nomeação de defensor e apresentação de defesa.



MEMORIAL RSC-PCCTAE

Quando necessário, também eram feitas diligências pela comissão processante, como por exemplo, visitas ao local de onde supostamente o evento danoso ocorreu, e outras diligências que pudessem instruir o processo. Encerrada a instrução, e a partir da análise das provas apresentadas e colecionadas no processo, a comissão emitia parecer que poderia ser de aplicação de advertência, suspensão, demissão, perda da aposentadoria e destituição da função. O parecer era encaminhado ao digníssimo Reitor, o qual acatava ou não a decisão da Comissão. Por duas oportunidades, foi apurada falta gravíssima de servidores, que mesmo estáveis, foram punidos com exoneração.

Também me foi oportunizado realizar cursos de inglês, cursos de informática, curso de núcleo de pesquisa e extensão em direitos humanos, participação em seminário de políticas ambientais da cidade, entre outros cursos que trouxeram vivências e experiências que serviram para aumentar a qualificação pessoal, bem como otimizar o serviço prestado. Entretanto, por longo período, por ser a única servidora no turno de trabalho, com políticas de Estado quase ausentes, e que em nada favoreciam a carreira e nem incentivo para a atualização de técnicos administrativos, a saída para realizar cursos, e ou, participar de projetos, não era incentivada e muitas vezes nem permitida.

Com advento de um novo projeto político, especialmente junto as Instituições de Ensino, houveram contratações de pessoal, e conforme Edital 07/2017 de concurso público para Auxiliar em Administração e Edital 08/2017 para concurso de Auxiliar de Enfermagem, tive oportunidade de ser membro da Comissão de Aferição da Veracidade da Informação prestada por candidatos à vaga, que se autodeclararam pretos/pardos. Como membro desta comissão, era responsável pela organização, agendamento do pessoal, de áudio visual para gravar as entrevistas com os candidatos, onde se analisavam as características fenóticas dos candidatos e se emitia parecer. Também atuei na comissão que analisou recurso de um candidato que se sentiu prejudicado pelo resultado, sendo que como membro da comissão de recurso, novamente foram analisadas as características fenóticas do candidato.

No ano de 2017, fui nomeada presidente de Banca de Concurso Público para o cargo de Auxiliar de Saúde, conforme Edital 12/2017, onde junto com a equipe designada, tive a oportunidade de elaboração de provas e seleção de servidor para o cargo. Para bem desempenhar a confecção das provas do concurso público, foi necessário rever conhecimentos próprios da área de saúde, de modo a elaborar a prova com questões que não fossem subestimar, e nem extrapolar, o grau de instrução exigido para o cargo.

Houve participação em equipe de trabalho do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Trabalhador (SIASS) na qualidade de membro da equipe multidisciplinar, conforme da Portaria 3123/2018. Neste trabalho não existe a elaboração individual, mas o trabalho em equipe multidisciplinar, as quais visam a saúde do trabalhador e tudo que envolve seu bem estar, bem como acompanhando seu estado de afastamento e recuperação.

Com ênfase na política de acolher de forma qualificada aos alunos, participei junto à Comissão que organiza programas de Acolhida Cidadã/Solidária aos alunos, que tem como premissa, promover atenção a promoção à saúde, com serviços de esquema vacinal, orientações de prevenção de doenças, bem como a realização de testes rápidos para detecção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Neste quesito, as tarefas consistem em vacinar alunos, algumas vezes com a disponibilidade de todas as vacinas via SUS, outras vezes somente vacinas contra a Influenza e Covid.

Para a realização de testes rápidos, é feita a coleta de material, pequena amostra de sangue, e colocado com o reagente determinado, e ao final se verificando a existência ou não de doenças como, HIV, sífilis, Hepatite B e C. A partir dos resultados, se faz o encaminhamento necessário ou somente orientações de prevenção.

Outrora, a participação como fiscal junto a processos de vestibular, se dava através de convocação, e sem emissão de certificados, sendo que participei deles até o último que ocorreu em 2010. A participação passou a ser de escolha e ainda com remuneração, no que participei por duas oportunidades. Neste item, a participação se resume na fiscalização durante o período de realização das provas, para evitar que algum candidato faça uso indevido de material não permitido. Em outros concursos, a minha participação foi feita estando a disposição para atendimentos específicos de enfermagem, cujo atendimento de enfermagem se dá com verificação de sinais vitais, como pressão arterial, batimentos cardíacos, respiratórios, nível de glicemia, apuração de sintomas, administração de nebulização, orientação ou mesmo



MEMORIAL RSC-PCCTAE

encaminhamento para avaliação médica.

Também em período de Pandemia pelo COVID19, em 2020, diante da suspensão de atividades acadêmicas e administrativas, tive participação mantida em alguns períodos, onde era feito a testagem para COVID19, sendo que ocorreu a testagem para toda a comunidade universitária na unidade, no período de agosto a outubro de 2020. Sendo que ao detectar casos positivos era feito a notificação a Secretaria da Saúde municipal, bem como se providenciava a indicação de isolamento do positivado, bem como do grupo familiar.

Após 2021 com o advento das vacinas de COVID19, participei de forma ativa de todas as campanhas de vacinação junto a Universidade e também como voluntária junto ao Posto de Saúde da Major Carlos Pinto para auxiliar a equipe de vacinação da Secretaria Municipal de Rio Grande, na vacinação da população em geral, conforme declaração pela chefia.

3-Saberes e competências desenvolvidas

A trajetória narrada permitiu consolidação de conhecimentos práticos e teóricos em gestão administrativa, como na aplicação do direito administrativo, dinâmica de execução, organização e fiscalização de concursos públicos, bem como a criação de programas de prevenção, promoção de saúde, bem como acompanhamento de dados sobre afastamento de servidores. As graduações que fiz, especialização e mestrado em Política Social e Direitos Humanos, carregaram conhecimentos que foram e são utilizados na conduta e ações no trato com o público atendido, facilitando e qualificando a participação em projetos institucionais na gestão, ao ensino, à pesquisa e extensão, bem como, servem para mostrar que o trabalho em equipe para atingir objetivos, tem reflexos na qualidade do trabalho final.

Essas experiências me trouxeram conhecimentos de legislação do regime jurídico único, direito administrativo, normas da própria Instituição. Proporcionou entendimento dos fluxos de trabalho da instituição, bem como pude compreender os princípios constitucionais da administração pública e tudo o que envolve os procedimentos de concursos, de procedimentos disciplinares e de políticas que envolvem a admissão de servidores, entre outros.

E o mais importante, nesta longa trajetória junto a FURG, foi o entendimento da importância do papel, e da presença de um Estado forte junto a Instituições de Ensino Superior, já que, quando há financiamento de projetos, de assistência estudantil, políticas de inserção social, se torna possível elaborar diretrizes aptas, não somente a formação superior de pessoas, mas suprir diversas demandas presentes e futuras da sociedade.

4-Inovação- Responsabilidades e Resultados Institucionais

A possibilidade de desenvolver ações profissionais diversas das atribuições ordinárias do cargo para o qual fui contratada, capacita para além do enriquecimento pessoal e/ou profissional, mas proporcionam otimização e melhores resultados no desenvolvimento de atividades de apoio técnico em programas e ações estruturantes da administração da Instituição Pública, que busca sempre transformar vidas, além da produção de conhecimento para construção de um futuro melhor para a sociedade. Poder participar como agente desta transformação e construção, é privilégio.

5-Relação da trajetória com o nível pleiteado

Nesta trajetória de décadas de prestação de serviço público junto a Universidade, entendo que sempre que oportunizado, busquei ampliar minha atuação para além das atribuições ordinárias do cargo, buscando sempre fortalecer as ações institucionais.

Acredito que houve evolução técnica diversificada, com responsabilidades crescentes e sempre presentes, tanto nas atribuições atinentes ao cargo, bem como as atribuições que evidenciam o perpasso das funções inerentes ao cargo, que quando assumidas e desenvolvidas, resultaram de forma satisfatória e exitosa, demonstrando que há efetiva equivalência formal com os requisitos exigidos para a concessão com o nível pleiteado, junto ao que estabelece o Decreto nº 13.048/2026.

Que em todas as atividades vivenciadas, me proporcionaram buscar e aplicar conhecimentos superiores aos exigidos no cargo, com busca por legislação de procedimentos administrativos disciplinares e sua aplicação no setor público federal, busca por conhecimentos para saber identificar de forma justa e legal, o candidato através de características fenóticas,



MEMORIAL RSC-PCCTAE

bem como a aplicação e elaboração de provas, análise de currículo em concursos públicos, bem como manter a qualificação de atendimento durante os processos, especialmente em períodos de crise sanitária com o impacto da Pandemia por COVID19, com a pertinente campanha de vacinação.

6-Síntese

A sustentação do pedido, também se fundamenta no fato de ter vivenciado transformação do setor de unidade, com cinco servidores, para uma diretoria com equipe multidisciplinar com mais de vinte servidores, a transição do papel do Estado, a chegada da internet, a própria expansão da universidade e as reformas administrativas, que se traduzem em competência de adaptabilidade, gestão de crise e consolidação de processos.

Corroborar o pedido, a efetiva demonstração de que a descrição das atividades e das experiências profissionais e individuais vivenciadas no âmbito da Instituição, representadas pelos compromissos assumidos, demonstram alinhamento ao padrão de conhecimento e competências que justificam o reconhecimento do nível pleiteado.